

DIRETORES
 Antônio Carlos Costello Nogueira
 José Bonifácio Costello Nogueira Filho

CONSELHO EDITORIAL
 Antônio Carlos Costello Nogueira,
 Ciro Porto, Ivan Soares,
 José Bonifácio Costello Nogueira Filho,
 Liana John, Paulo Nogueira-Held, Rogério Salazar,
 Sérgio Salvetti, Suzana Machado Pádua

DIRETOR EDITORIAL
 Ciro Porto

EDITORES EXECUTIVOS
 Liana John
 Valdemar Sobrelli

EDITORES
 Luiz Figueiredo
 Maristela Ribeiro

DIREÇÃO DE ARTE
 Mathias Jeremias Fontanato

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA
 Mathias Jeremias Fontanato
 Renata Matheis

FOTOGRAFIA
 Agostinho Matos, André Pessoa,
 Carlos Alberto Costello, Claudineer Pecorari,
 Edson Rodrigo, Gabriela Fajta, José Paulo Lacerda,
 Jan Takata, Silvestre Silva

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO
 Angélica Psoalatto, Aldem Bourscheit,
 Cláudio Martins, Érika Guimarães, Fernando Kassab,
 Heloísa Saccoti, Henrique Piccini, Paulo Gonçalves

JORNALISTA RESPONSÁVEL
 Ciro Porto (Mh 25414)

ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE

DIRETOR
 Antônio Wellington de Costa Lopes

GESTÃO COMERCIAL E CIRCULAÇÃO
 Regina Eliza Beyer

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO NO BRASIL
 Fernando Chaves

IMPRESSÃO - Gibco Cochrane

PARA ANUNCIAR

Gerência Comercial (09) 3776-6535

Bahia: (71) 3243.3507 / 3134.9547
Brasília: (61) 3221.9100 / 9655.1684
Campanha e região: (19) 3296.6224 / 9393.8998
Esperita Santo: (33) 3342.3962 / 8885.7100

Mato Grosso/ Mato G. do Sul e Goiás:
 (65-9235-3148 / 169) 96023419

Minas Gerais: (31) 3342.3962 / 8885.7100

Paraná/ São Paulo e região: (51) 3620-2702 / 8113-8159

Rio de Janeiro: (33) 3342.3962 / 8885.7100

Rio Grande do Norte: (84) 4005.5774

São Paulo: (33) 3342.3962 / 8885.7100

E-mail: gerencia@terradajente.com.br

Cartão
 André Pessoa
 Especial de circulação
 para o 1º trimestre 2006

A revista Terra & Gente é
 uma publicação mensal da
 Terra & Gente Produções e
 Comércio Ltda, uma empresa
 do Grupo EPY

ANER



DEDO DE PROSA

LIANA JOHN

Um divórcio ruim para todos

Os passos mais significativos do ambientalismo brasileiro em direção a um futuro sustentável não são grandes. São passos pequenos, pontuais, e muito aquém das mega necessidades de um País à beira dos 190 milhões de habitantes. Mas são passos na direção certa, por conjugarem preocupações sociais e ambientais, demonstrando ser possível criar alternativas de renda de baixo impacto sobre os recursos naturais e sobre os ricos ecossistemas brasileiros. São passos na direção certa por contestarem, na prática, o falso conflito entre progresso econômico e conservação ambiental.

Incluem-se aí experiências que já relatamos em nossas páginas, e muitas outras que esperamos relatar: de comunidades que se capacitaram para transformar um extrativismo antes predatório em produção racional, com menos desperdícios e mais atenção à capacidade de reposição da natureza; de parcerias entre comerciantes e produtores para transformar frutos, fibras, essências e óleos regionais em consumo consciente; de indústrias que alteram seus processos produtivos para se tornarem mais limpas ou que passam a acompanhar o ciclo de vida de seus produtos para minimizar os impactos ambientais, onde possível. Também incluem pesquisas que substituem tecnologias obsoletas, de alto impacto e/ou poluentes. Todas essas experiências têm em comum a intenção de casar atividades socialmente justas com processos ambientalmente corretos. E geram o desejado desenvolvimento sustentável.

Na contramão dessa tendência, o Governo Federal encerra 2006 com pressa em tocar obras de grande porte. E aponta para as exigências de estudos prévios e licenciamentos ambientais como entraves a serem retirados do caminho. A pressa é compreensível, afinal é preciso responder aos resultados das últimas eleições com uma taxa de crescimento econômico melhor. Mas preocupa a maneira como se tratam as exigências ambientais, num tom que não ouviamos desde os anos 1970: o do 'desenvolvimento custe o que custar'.

O divórcio entre as questões sociais e ambientais é ruim para todos. Significa trocar os esforços de três décadas de conscientização acerca da sustentabilidade pelo imediatismo das obras de resposta rápida e custos ambientais retardados. Nestes últimos 30 anos, aprendemos que custa muito ignorar a prevenção ambiental, com estudos e processos de licenciamento prévios. Esses custos — das áreas degradadas, contaminadas, erodidas e dos recursos naturais perdidos — freqüentemente inviabilizam a remediação dos problemas. E acabam recaindo sobre a mesma população em cujo nome se apressam as obras. O social divorciado do ambiental é uma ilusão. Enriquece alguns poucos, é verdade. Também serve para exibir em estatísticas e listas de realizações. Mas fatalmente desaba, mais cedo ou mais tarde. O ano de 2006 poderia terminar sem essa nuvem negra no horizonte.